

## 4.12. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

### 4.12.1. Introdução e Justificativa

O Programa de Comunicação Social, doravante PCS integra um conjunto de ações justificadas não só em função dos impactos positivos e negativos relacionados ao processo de implantação do empreendimento, mas, sobretudo, pela consolidação de um relacionamento entre a PCH Lucia Cherobim e a sociedade no contexto de acesso à informação.

O PCS busca compreender a dinâmica social em relação à cultura, ao ambiente, à economia, às alternativas e formas de organização social e política, caracterizando as redes de relações sociais e suas estratégias de sustentabilidade, a fim de fundamentar as metodologias, estratégias e ações que compõem o programa.

Para tanto, em função de seu caráter de canal de comunicação e interação, caracteriza-se por uma extensa abrangência em relação ao público a ser atingido e aos impactos relacionados ao processo de implantação e operação da PCH Lucia Cherobim, atuando enquanto importante mecanismo de prevenção e minimização de conflitos entre os diversos atores sociais.

A implantação da PCH Lucia Cherobim proporcionará alterações nas dinâmicas locais, desta maneira, a execução de um programa de comunicação social se efetiva como importante medida para prevenção, mitigação e, quando positivos, potencialização de impactos. Assim, possibilita-se o estabelecimento de canal comunicativo bilateral entre empreendedor e comunidade.

Salienta-se que este programa possui ações inter-relacionadas a prevenção, mitigação e, quando positivos, potencialização de impactos ambientais dos diversos meios, tais como: alteração no regime hídrico e na qualidade da água; interferência do reservatório do empreendimento sobre a APA da Escarpa Devoniana; interferências na fauna (terrestre e aquática); geração de expectativas da população local; interferências no cotidiano da comunidade próxima a obra; insegurança e pressão no tráfego local durante as obras; aumento da oferta de postos de trabalho; geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos; perda da infraestrutura e de solos com potencial agropecuário; impulso ao turismo local e regional; perdas de patrimônio cultural e arqueológico; e aumento na oferta de energia elétrica no sistema.

### 4.12.2. Objetivos

#### Objetivo Geral

O presente programa tem como objetivo principal promover meios bilaterais de comunicação social entre empreendedor e comunidade, possibilitando o esclarecimento sobre o empreendimento, o processo de licenciamento, os programas e as ações ambientais, bem como disponibilizar espaço para a elucidação de dúvidas, exposição de críticas, sugestões e elogios.

## Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- Estabelecer canais de comunicação através dos meios apropriados e em linguagem adequada, acessível, clara e precisa, mantendo uma relação de diálogo entre o empreendedor e a população atingida pelo empreendimento;
- Realizar encontros periódicos com a comunidade, objetivando informá-la sobre aspectos e etapas da implantação do empreendimento, o processo de licenciamento, os programas e ações ambientais;
- Produzir material de esclarecimento sobre o empreendimento e os cuidados (convivência segura) a serem adotados durante as obras;
- Divulgar diretrizes de relacionamento e ações de Responsabilidade Social, enfatizando os cuidados com a preservação do meio ambiente, além da importância da convivência social com a população local.

### 4.12.3. Metas e Indicadores

#### Metas

- 100% da área de influência direta (AID) do empreendimento atingida por meio das atividades estabelecidas nas ações periódicas de comunicação do Programa durante a fase de implantação do empreendimento;
- 100% das demandas de comunicação atendidas, quando possível, ou respondidas aos solicitantes, por meios dos canais estabelecidos pelo PCS; e
- 100% das instituições públicas, entidades de grande relevância e stakeholders identificados, localizados na área de influência direta (AID), atingidos pela comunicação direta do empreendimento, durante a fase de implantação.

#### Indicadores

Para o processo de gerenciamento do PCS, deverá ser enviado mensalmente para a equipe da CPFL Renováveis, um relatório com informações e evidências das ações e atividades do PCS, bem como, com o compilado dos resultados dos canais de comunicação estabelecidos. O relatório deve conter os seguintes indicadores:

- Total de campanhas, eventos e reuniões de relacionamento com as comunidades da AID;
- Frequência demandada aos canais de comunicação criados para o público-alvo do programa;
- Percentual de respostas dadas pela CPFL Renováveis por meio dos canais de comunicação existentes;
- Percentual de informações demandadas pelos órgãos, associações e comunidades da AID e quantitativo de respostas, respectivamente; e
- Percentual dos diferentes graus de satisfação dos solicitantes com as respostas dadas pela CPFL Renováveis.

### 4.12.4. Público Alvo

A PCH Lucia Cherobim se instalará em área antropizada, com uma certa proximidade com comunidades. Para estreitar o relacionamento e informar a todos os públicos de interesse (interno e externo) as etapas do empreendimento, os possíveis riscos, as situações especiais e demais ações pertinentes de forma ágil, contínua e transparente, diminuindo os impactos negativos e contribuindo para o cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental, fica classificado:

## Público Interno

- Força de trabalho da PCH Lucia Cherobim: seus colaboradores e subcontratados (empreiteiras e especialmente o contingente de colaboradores a serem contratados para o canteiro de obras).

## Público Externo

- Comunidades localizadas na área de influência direta (AID) do empreendimento e na cidade de Porto Amazonas;
- Instituições particulares (entidades de relevância diagnosticadas na fase de pré-instalação e escolas) da AID;
- Instituições da Sociedade Civil (Associações e outras instituições representativas, Associações de Moradores, Sindicatos, Escolas, Representações Religiosas, ONGs, etc.) da AID e da cidade de Porto Amazonas.

### 4.12.5. Metodologia

O PCS está associado à gestão dos processos de informação, educação e comunicação para e com os atores e grupos sociais que vivem e realizam atividades sociais, culturais, socioeconômicas ou de subsistência na área de influência direta do empreendimento, bem como tem como função principal repassar informações corretas e atualizadas sobre as mais importantes etapas e ações da PCH Lucia Cherobim, nas fases de implantação e operação, estabelecendo uma ligação permanente e de fácil acesso entre o empreendedor e o público interessado.

Na consolidação do programa, o diálogo será transparente entre a CPFL Renováveis, a sociedade local, o poder público e os colaboradores envolvidos nas obras, para que as informações circulem adequadamente, evitando interferências na comunicação e garantindo a qualidade das ações.

Portanto, sua função é constituir-se como canal de contribuição à garantia dessa qualidade da intervenção social. Os processos desenvolvidos no canteiro de obras de instalação estão fundamentados nos conceitos e princípios de qualidade e sustentabilidade ambiental ao empreendimento, voltados assim, para a mitigação dos impactos socioambientais. Para isso, utiliza estratégias de intercâmbio de informações que possibilitará minimizar ou, até mesmo, evitar distorções no processo de comunicação, em especial na fase de implantação do empreendimento.

As ações que constituem o PCS se utilizam de recursos e estratégias de comunicação eficazes de modo a divulgar as soluções a serem adotadas para atender à diversidade de expectativas em demandas dos distintos públicos. A concepção deste baseia-se em dois níveis de abordagem:

- Informativo/comunicacional: centrado na contínua prestação de esclarecimentos à população (localidades e comunidades) sobre as ações que envolvem o empreendimento;
- Institucional: referente à construção de formas de integração institucional que possibilitem a gestão socioambiental do empreendimento, consolidação de canais de diálogo entre a empresa e a sociedade local.

Para consolidação e manutenção dos canais de comunicação, o trabalho de Comunicação Social será realizado desde a fase de pré-obra, passando pelas diversas etapas da implantação, até o início da operação comercial do empreendimento, de acordo com os seguintes vetores direcionados para o público interno e externo. Assim posto, serão desenvolvidas ações de comunicação institucional para o público interno, ações de comunicação de apoio aos programas socioambientais e ações de comunicação acerca do empreendimento para o público externo.

Para tanto, o escopo metodológico tem por prerrogativa mapear os principais *stakeholders*, através de campanhas de comunicação antes do início das obras. Essas campanhas têm por público alvo os *stakeholders* mapeados, as comunidades e o poder público da AID. Essa atividade visa informar questões pertinentes, como pontos de atenção da relação obra e comunidade, orientações sobre restrições e proibições de acesso a determinadas áreas, riscos de acidentes, entre outros. Tais atividades podem ser reforçadas através da entrega de materiais gráficos, como boletins informativos, divulgação de cartilhas e outros materiais comunicativos.

Durante esse período pré-obra, será avaliada também a necessidade de instalação de um Centro de Comunicação (ou Posto de Atendimento Social) de apoio à população local. Este centro atuará como um local de atendimento à população, direta ou indiretamente atingida pelo empreendimento, tendo por funcionalidades:

- Estabelecer um local de referência e de articulação da população com a rede de serviços socioassistenciais existentes, o poder público local e o empreendimento;
- Possuir estrutura própria, independente e proporcional ao volume previsto de atendimentos;
- Apresentar locação acessível aos atingidos;
- Funcionar durante toda a implantação do empreendimento;
- Acompanhar a população local no processo de implantação do empreendimento, esclarecendo acerca de suas características e programas ambientais específicos que garantirão os direitos dos atingidos;
- Disponibilizar representante para receber dúvidas, reclamações, elogios e fomentar um canal para responde-las.

#### 4.12.5.1. Descrição das Atividades

As atividades previstas para atingir os objetivos do PCS são: assistência aos atingidos; treinamento dos funcionários da obra quanto às normas de conduta e de respeito à comunidade; definição de ponto focal responsável pela comunicação com o público externo; conversas sobre a temática ambiental com os funcionários; mídia impressa; apoio na elaboração de materiais informativos aos outros programas ambientais. Estas ações são detalhadas a seguir, de acordo com a cronologia das etapas de pré-implantação, implantação e operação.

##### 4.12.5.1.1. *Plano de Atendimento Social*

O plano de assistência social configura um instrumento de planejamento e de gestão e tem por finalidade organizar, regular, nortear, monitorar e avaliar a execução das ações de proteção social voltadas para a garantia de direitos e condições dignas de vida à população direta e indiretamente atingida em razão da implantação da PCH Lucia Cherobim. Este plano será desenvolvido por uma equipe composta por profissionais da área psicossocial (psicólogo, assistente social, entre outros), antes do início das obras de implantação.

O ponto de partida para o início das atividades será com a realização do Cadastro Socioeconômico. Este estudo irá embasar o diagnóstico da área de interesse, revelando a identidade e o modo de vida das famílias atingidas diretamente pelo empreendimento, possibilitando traçar as diretrizes a serem seguidas para alcançar a melhor forma de conduzir cada caso.

A partir dos resultados do diagnóstico, será levantada a necessidade de estruturação de um Posto de Atendimento Social, cujas atribuições encontram-se no subtópicos referente à metodologia do PCS. Este posto será ponto focal para execução das ações do Plano de Atendimento Social, a dizer:

### Assistência Social

- Acompanhamento das famílias atingidas;
- Registro diário dos atendimentos e avaliação mensal dos dados gerados, mantendo no local prontuário atualizado dos atingidos e dos atendidos, garantindo sigilo profissional;
- Triagem para os atendimentos, identificando os casos e propondo intervenções, objetivando minimizar os efeitos nocivos porventura provocados pelo empreendimento, fazendo encaminhamentos (quando necessários) aos conselhos municipais ou estaduais;
- Interlocução com os conselhos locais;
- Informação e orientação à comunidade afetada pelo empreendimento;
- Atendimento e encaminhamento do migrante gerado pelo empreendimento; e
- Inserção e acompanhamento dos atingidos nos projetos.

### Acompanhamento Psicossocial:

- Levantamento das consequências psicológicas geradas pelo empreendimento nos atingidos e proposição de intervenções;
- Avaliação e indicação de sinergia para os demais programas propostos no PBA, com ênfase nos aspectos psicológicos e efetividade técnicas de comunicação utilizadas; e
- Valorização da experiência subjetiva do sujeito (atingido) para fazê-lo reconhecer sua identidade, operando no campo simbólico da expressividade e da interpretação com vistas ao fortalecimento pessoal e sua inserção social.

A equipe Psicossocial deve realizar levantamentos de dados através do Cadastro Socioeconômico atualizado, visitas domiciliares, escuta técnica e avaliar a situação socioeconômica e psicológica da família para os estudos de caso. Estes têm por objetivo auxiliar o processo de avaliação psicossocial das famílias com possibilidade de desapropriação. Caso haja a possibilidade da mesma se encontrar em vulnerabilidade social, a equipe realizará estudo de caso para garantir uma reestruturação familiar através de ações que garantam o sustento, reorganização e o conforto da família até a sua estabilidade.

Para elaboração dos estudos de caso devem ser avaliados, minimamente, os seguintes aspectos:

- Situação econômica do atingido;
- Possibilidades de perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento;
- Condições de trabalho (empregado ou não);
- Grau de instrução;
- Situação física da casa (o ambiente em que vive);
- Possibilidades de perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida;
- Ruptura de circuitos econômicos; e
- Questões psicológicas:
  - Nível de capacidade para reconfiguração do modo de vida;
  - Condições cognitivas para um bom entendimento do processo;
  - Nível da Inteligência Emocional para tomada de decisão;
  - Nível de flexibilidade (aceitação de mudanças);
  - Nível mínimo de capacidade para gerir questões financeiras; e
  - Avaliação de dependência química (se aplicável).

Por fim, a equipe do Plano de Atendimento Social deve realizar o acompanhamento psicossocial das famílias dos atingidos, se constatado o caso de vulnerabilidade social, sendo esse desenvolvido em média por seis meses após a concessão do Benefício Social ao atingido. O plano de acompanhamento é parte integrante do Plano de Assistência Social e fundamenta-se na observação, realização de reuniões, encontros comunitários e na realização de visitas domiciliares periódicas às famílias atingidas.

Essas ferramentas buscam a efetiva percepção dos aspectos que devem balizar o entendimento sobre o reestabelecimento definitivo da família atingida. Para tanto, são avaliados os seguintes aspectos:

- Nível de satisfação da família;
- Evolução das vulnerabilidades descritas nos estudos de caso;
- Evolução da renda, se comparada ao cadastro socioeconômico anterior ao empreendimento;
- Situação da agricultura familiar, se aplicável;
- Modo de vida na nova moradia e aderência ao modo de vida descrito na fase inicial de diagnóstico;
- Facilidade com emprego, escola e acesso à saúde; e
- Nível de adaptação da família às mudanças inevitáveis.

Assim, o nível de adaptação final de uma família, deve ser baseado nos aspectos psicológicos e sociais de cada indivíduo. Os resultados devem ser compilados em relatórios semestrais, com a análise dos dados e indicação dos próximos passos.

### Treinamento dos Funcionários quanto às Normas de Conduta

Em decorrência da implantação da PCH Lucia Cherobim ocorrerá a modificação de algumas dinâmicas locais, como maior circulação de veículos e de pessoas na comunidade. Desta maneira, é importante que os funcionários sejam orientados de como proceder no canteiro de obras, nas atividades que executam e nas interações com a comunidade, de forma a prevenir e mitigar eventuais impactos e conflitos.

Assim, será elaborado um guia de bolso a ser entregue aos trabalhadores da obra, norteando as condutas adequadas dentro e fora do ambiente de trabalho, abordando questões como:

- Relação com a comunidade;
- Segurança no trabalho;
- Saúde do trabalhador; e
- Relação com o meio ambiente.

Após a elaboração do guia de bolso, será realizada integração com os trabalhadores contratados e, sempre que necessário, haverá nova integração quando do ingresso de novos funcionários na obra. Desta maneira, orientando-os como agir na rotina de trabalho e de interação com a comunidade, abordando também temas relevantes, como doenças sexualmente transmissíveis e prostituição.

### Definição de Ponto Focal Responsável pela Comunicação com a População

Especificamente para as demandas recebidas pela ouvidoria do Posto de Atendimento Social, para melhor controle e gestão dos questionamentos, devem ser preenchidas Fichas de Ouvidoria, conforme o formulário de Registro de Ouvidoria, a ser elaborado durante o período pré-obra. Dessa forma, é fundamental o estabelecimento de um funcionário responsável pela comunicação com a população, sendo este um importante meio de se criar uma interlocução e vínculos com a comunidade.

Desta maneira, antes do início das obras, será definido um ponto focal responsável para atender e informar a população, sendo disponibilizado um e-mail e telefone para este contato, os quais serão divulgados nos materiais de mídia impressa e nas demais ações, durante a comunicação pré-obra e durante toda a implantação do empreendimento. Este ponto focal será responsável por receber as demandas comunitárias, registrá-las para monitoramento e respondê-las, conforme sua atribuição. Salienta-se o papel deste interlocutor juntamente a população diretamente afetada, principalmente nos aspectos do programa de cadastramento e indenização das propriedades atingidas, podendo este estar situado no Posto de Atendimento Social.

## Mídia Impressa

Configura-se como mecanismo simultâneo de repasse de informações e de abordagens de temas de educação ambiental os produtos de mídia impressa, os quais são compostos por boletins informativos, destinados para a população em geral e para os colaboradores do empreendimento. Os boletins terão periodicidade de distribuição bimestral durante a fase de implantação do empreendimento.

Os boletins informativos possuem como público alvo a comunidade em geral e o conjunto de colaboradores nas obras de implantação da PCH Lucia Cherobim. Estes têm como objetivo o repasse de informes gerais sobre o empreendimento, o processo e as etapas de licenciamento, programas e ações ambientais a serem executadas, oferta de vagas de emprego, entre outras informações, bem como a exposição de temáticas ambientais como: os recursos hídricos, áreas de preservação permanente, gestão dos resíduos sólidos, fauna e flora locais, entre outros pertinentes à realidade local. Serão compostos, também, por uma seção para repasse de informações gerais sobre o empreendimento, o processo e as etapas de licenciamento, programas e ações ambientais a serem executados e particularidades sobre as obras, como também por uma seção destinada à abordagem de temáticas ambientais e do contexto do canteiro de obras, quando pertinente, tais como: código de conduta, boas práticas, gestão de resíduos, fauna e flora local, doenças sexualmente transmissíveis e prostituição, entre outras verificadas pertinentes.

A distribuição destes informativos será nas residências e propriedades nas imediações da AID, nas ações com a comunidade (palestras e oficinas nas escolas) e em locais estratégicos (comércios e serviços) próximos às obras, com primeira tiragem estimada em 200 exemplares. Caso verificada como excessiva, poderá ser diminuída para 150 ou 100 exemplares nas edições posteriores, a depender da demanda. Para o conjunto de colaboradores do empreendimento, será entregue durante os Diálogos Diário de Segurança (DDS) e outros eventos realizados no canteiro de obras. A tiragem será correspondente ao número de funcionários.

Também poderão ser confeccionados folders informativos e explicativos nas principais etapas do processo de implantação do empreendimento, como início das obras, elucidando as principais características do empreendimento, localização e dúvidas frequentes; supressão vegetal e enchimento do reservatório.

## Apoio na Elaboração de Materiais Informativos aos outros Programas Ambientais

O programa de comunicação social, quando necessário, apoiará na elaboração de materiais informativos, tais como: folders, banners, cartazes, entre outros materiais de suporte às ações dos demais programas ambientais.

#### 4.12.6. Inter-relação com Outros Programas

Tabela 4.12.6-1: Sinergia do programa de comunicação social com os demais programas propostos.

Programa	Sinergia
Programa de gestão ambiental integrada (PGA)	Troca de informações para monitoramento e acompanhamento do programa.
Programa de cadastramento e indenização das propriedades atingidas	Interface com os proprietários e a população diretamente afetada, informando-os periodicamente sobre o processo de negociação, aquisição, indenização e reassentamento.
Programa de educação ambiental	Interface com os proprietários e a população diretamente afetada, informando-os periodicamente as ações de educação ambiental do programa.
Plano Ambiental de Conservação e uso do entorno de reservatórios artificiais –PACUERA	Interface com os proprietários e a população para implantação e efetivação do PACUERA.
Demais programas ambientais do PBA	Promover a comunicação com a comunidade e os funcionários das obras, com a divulgação dos programas e ações ambientais. Ao mesmo tempo, conscientiza-los sobre a importância da preservação do meio ambiente de forma a prevenir e minimizar impactos sociais e ambientais associados à instalação do empreendimento.

#### 4.12.7. Atendimento a Requisitos Legais

- Lei nº 6.938 de agosto de 1981, que trata da Política Nacional de Meio Ambiente;
- Resolução CONAMA nº 09/1987;
- Resolução CONAMA nº 237/1997;
- Lei complementar nº 140/2011; e
- Norma ISSO 14.063 – que trata da Comunicação Ambiental

#### 4.12.8. Recursos

A equipe técnica designada à execução do programa de comunicação social será constituída por dois profissionais com conhecimentos nas áreas de sociologia ou geografia ou comunicação social, para organização das informações, relacionamento com as instituições públicas, diagnóstico do grau de satisfação da comunidade quanto à divulgação de informações, organização, acompanhamento de eventos e realização do monitoramento. Para desenvolvimento do Plano de Atendimento Social serão necessárias uma equipe com dois profissionais da área psicossocial, a dizer um psicólogo ou assistente social ou áreas afins.

Para o desempenho das funções técnicas de campo, os seguintes recursos se fazem minimamente necessários:

- Veículo para deslocamentos da equipe;
- Telefones celulares;
- Equipamentos de proteção individual – EPI;
- Computador de mesa ou notebook com acesso à internet (a infraestrutura local pode ser deficiente para esta situação, demandando o uso de modem via rede de telefonia móvel ou recurso semelhante);
- Câmera fotográfica digital com cartão de memória de adequada capacidade de armazenamento (superior a 2Gb);
- Equipamento multimídia para reuniões e eventos.

O custo **estimado** com a execução deste Programa durante a fase de instalação é de R\$ 785.000,00 (Setecentos e oitenta e cinco mil reais).

#### 4.12.9. Cronograma Físico



Atividades		CRONOGRAMA DAS FASES DO EMPREENDIMENTO																																																
		Dias	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5																			
			Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2				
		Fase de Instalação																								Fase de Operação																								
Fase de Instalação e Operação	Mobilização	90	[Green]																																															
	Abertura de Acessos	30	[Green]																																															
	Supressão de Vegetação das Estruturas	15	[Green]																																															
	Instalação do Canteiro de Obras e Alojamento	120	[Green]																																															
	Ensecadeiras	90	[Green]																																															
	Movimentação de Terra (Escavações, Corte e Aterro)	300	[Green]																																															
	Supressão de Vegetação do Reservatório	180	[Green]																																															
	Construção das Estruturas Permanentes (Casa de Força, Condutor Forçado, Barragem, Vertedouro, Tomada d'água)	480	[Green]																																															
	Enchimento do Reservatório	30	[Green]																																															
	Comissionamento das Ugs	105	[Green]																																															
	Desmobilização do Canteiro de Obras e do Alojamento	60	[Green]																																															
Geração de Energia	...	[Green]																																																
Atividades		Total Quant.	CRONOGRAMA PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (PCS)																																															
			Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5																			
			Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	Q1	Q2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2				
PBA	Comunicação pré-obra	...	[Blue]																																															
	Definição do Ponto Focal pelo Fluxo de Informação	...	[Blue]																																															
	Elaboração do Guia de Boas Práticas dos Trabalhadores	1	[Blue]																																															
	Treinamento dos Funcionários quanto ao Guia de Boas Práticas	5	[Blue]																																															
	Elaboração dos Materiais de Mídia Impressa	...	[Blue]																																															
	Distribuição da Mídia Impressa	...	[Blue]																																															
Apio na Elaboração de Materiais Informativos aos outros Programas Ambientais	...	[Blue]																																																
Emissão de Relatórios Semestrais	14	[Blue]																																																

#### 4.12.10. Acompanhamento e Avaliação

Para a realização do monitoramento das ações vinculadas à execução do PCS, é proposta uma série de medições relacionadas com as atividades desenvolvidas e que serão levadas à prática junto ao empreendedor e à comunidade em geral. A intenção de levantar as informações que visem mensurar um critério de avaliação dos resultados deste e, desta maneira, definir o grau de eficiência atingidas pela sua implementação. Para isto, se faz necessário atender aos indicadores descritos no tópico específico de metas e indicadores do programa.

Dessa forma, para o monitoramento são propostos os seguintes indicadores qualitativos e quantitativos:

- Relatórios das campanhas de comunicação das mais diversas fases da obra;
- Relatório do treinamento com os funcionários, com descrição dos temas abordados e lista de presença;
- Detalhamento dos registros da comunicação do ponto focal com a comunidade, bem como os setores mais demandados da empresa e o grau de satisfação com as devolutivas dadas aos solicitantes;
- Número de conversas sobre o meio ambiente com os funcionários da implantação, temáticas discutidas e listas de presença;
- Detalhamento das temáticas abordadas nos boletins informativos, número de tiragens e locais distribuídos;
- Número de materiais informativos elaborados em apoio aos demais programas ambientais do empreendimento.